

Olinda ressalta a importância do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes | 1



18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. A data é um marco importante para a conscientização no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, algo que infelizmente ainda acontece em todo o Brasil. Em Olinda, o objetivo é mobilizar toda sociedade para proteger as crianças e adolescentes. Por isso, a Secretaria Executiva de Assistência Social da cidade lançou uma campanha nas Redes Sociais para informar e dar visibilidade a causa.

No município, quem faz o acompanhamento dos casos é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), auxiliando as vítimas e suas famílias. Uma equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais, advogados e educadores sociais forma uma rede de apoio e cuidado.

Olinda ressalta a importância do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes | 2

Quem souber de casos de violência contra crianças e adolescentes pode denunciar, através do Disque 100 (Direitos Humanos). As três sedes do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Olinda, localizadas em Bairro Novo e Peixinhos, estão atendendo os casos de urgência através dos telefones (81) 3449-6075 e (81) 3494-2120. Eles funcionam 24h por dia, todos os dias da semana. Além desses, quando o crime está acontecendo pode acionar a Polícia Militar, através do 190.

O projeto será lançado no Facebook e Instagram da Prefeitura, através com o acesso através dos links: <https://www.facebook.com/prefeituradeolinda/> e https://www.instagram.com/pref_olinda/.

Dados de 2019 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registraram mais de 80 mil denúncias de violações contra crianças e adolescentes, que representam 70% das vítimas de abuso sexual no Brasil.

O abuso e a exploração sexual de meninos e meninas é um crime hediondo e inafiançável. De acordo com o Código Penal, o crime prevê entre quatro e dez anos de prisão com cumprimento inicial da pena em regime fechado.